

## PERCEPÇÃO DA CORRUPÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: BREVE ANÁLISE A PARTIR DO PRÉ-TESTE À POPULAÇÃO PORTUGUESA<sup>1</sup>

Felippe Clemente<sup>2</sup>  
Filipe Grilo<sup>3</sup>  
Luís de Sousa<sup>4</sup>

Texto para Discussão - 28

Texto Publicado em: 15/04/2021

### 1 INTRODUÇÃO

A corrupção como fenômeno social tem um significado mais amplo do que aqueles presentes na maioria dos códigos penais contemporâneos. Os aspectos normativos são simplificados pelo reducionismo jurídico e quanto maior a discrepância entre a lei e as expectativas sociais "(...) mais rapidamente muda a vida da sociedade" (Sorokin, 1991ed.). Na verdade, os julgamentos sociais relativos à corrupção são complexos e estão baseados em duas grandes dimensões: i) normas legais (conformidade) versus normas sociais (expectativas) - e estas não são necessariamente harmoniosas (Friedrich, 1966; Heidenheimer, 1970; Gardiner, 1992; Kjellberg, 1992; Jos, 1993; Ledeneva, 1998; Miller et. al., 2001; de Sousa, 2008; Bauhr et. al., 2010); e ii) dois níveis de ancoragem - nível simbólico (moral) versus nível estratégico (ação) (Becquart-Leclercq, 1984). Além disso, os julgamentos sociais são dinâmicos, variando no espaço e no tempo (Galtung, 2006; Lambsdorff, 2006; Treisman, 2007), entre os grupos [10], e dependendo das compensações entre preocupações morais concorrentes (Dungan et. al., 2014).

---

<sup>1</sup>Texto para discussão do Observatório Socioeconômico da COVID-19, projeto realizado pelo Grupo de Estudos em Administração Pública, Econômica e Financeira (GEAPEF) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) por meio do Edital Emergencial 06/2020 como resposta à crise provocada pela pandemia da COVID-19.

<sup>2</sup> Doutor em Economia Aplicada, Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa no âmbito do projeto EPOCA: corrupção e crise econômica, financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia (FCT, Portugal). Email: felippe.clemente@ics.ulisboa.pt

<sup>3</sup> Doutor em Economia, Professor Auxiliar Convidado da Faculdade de Economia, Universidade do Porto. Email: fgrilo@fep.up.pt

<sup>4</sup> Doutor em Política Comparada, Investigador Auxiliar do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Email: luis.sousa@ics.ulisboa.pt

Entretanto, em contextos de crise econômica, é provável que ocorram mudanças nos sistemas de valores (Sorokin, 1991ed.). Há uma propensão a negociar padrões éticos para o bem-estar econômico. Embora a corrupção seja um desvio das convenções normativas sobre trocas políticas admissíveis, em contextos de crescimento econômico ela não parece produzir fortes reações de indignação moral. Quando a crise econômica irrompe, a corrupção se torna uma expressão de injustiça, de injustiça social representando sentimentos de raiva (Fiske & Tetlock, 1997; Zechmeister & Zizumbo-Colunga, 2013; Doorn et. al., 2014). Como uma grande literatura em psicologia organizacional tem insistido por muito tempo, existem interações processo-resultado, por meio das quais resultados econômicos e aspectos procedimentais interagem na explicação da visão das pessoas sobre as autoridades (Brockner & Wiesenfeld, 1996). Por esse motivo, este projeto adota uma definição que vai além de uma definição centrada em cargos públicos (Nye, 1967), ou seja, corrupção como "abuso de cargos para benefício privado", para uma definição mais abrangente centrada no interesse público (Rogow & Lasswell, 1977; Mény, 1992), ou seja, a corrupção como "decadência dos padrões éticos na vida pública", recentemente rotulada como 'corrupção institucional' (Lessig, 2013; Light, 2013; Newhouse, 2014; Thompson, 2013).

A fim de evitar associar a corrupção como degeneração do sistema de valores com a ideia clássica de um conjunto transcendental e pré-estabelecido de costumes, a corrupção se torna tangível por meio das percepções públicas predominantes na sociedade (Heidenheimer, 1970): o que é ou não corrupção dependerá da opinião do observador. A maioria dos estudos de pesquisas de um único país realizados nos últimos 40 anos (Gardiner, 1970; Peters & Welch, 1978; Gibbons, 1985; Johnston, 1986; Jackson & Smith, 1996; Mancuso et. al., 1998; de Sousa & Triães, 2008; Bezes & Lascoumes, 2005; Mazzoleni, 2008; de Sousa & Triães, 2009) destaca que as atitudes em relação a corrupção variaram em resposta às características sociográficas individuais, como idade, gênero, habilidades educacionais ou identidades políticas.

Pesquisas empíricas recentes também confirmam uma ligação entre corrupção e apoio político (Anderson & Tverdova, 2003; Bailey & Paras, 2006; Canache & Allison, 2005; Fackler & Lin, 1995; Morris & Klesner, 2010; Seligson, 2002), mas as evidências parecem sugerir que os cidadãos nem sempre punem os titulares eleitorais quando a corrupção é evidenciada (de Sousa & Moriconi, 2013; Stockemer & Calca, 2013; Chang et. al., 2010; de Figueiredo et. al. 2012; Krause & Mendez, 2009; Rundquist et. al., 1977). Embora exista um volume considerável de literatura que

analisa o impacto da crise no apoio político na democracia (Magalhães, 2014), incluindo no caso português (Magalhães, 2005; Sanches & Gorbunova, 2016; Teixeira et. al., 2014), o papel da corrupção e as atitudes relacionadas com a corrupção e as percepções como fator determinante não foram examinadas, em parte devido à sua complexidade conceitual.

Portanto, a necessidade de realizar uma pesquisa de massa para inspecionar como as mudanças nas condições de vida dos indivíduos trazidas pelas medidas de austeridade implementadas em resposta à crise motivou o desenvolvimento do projeto de pesquisa EPOCA<sup>5</sup>: corrupção e crise económica, uma combinação perigosa: compreender as interações processo-resultado na explicação do apoio à democracia, cujo principal objetivo é analisar, usando dados observacionais e experimentais, como os resultados económicos, reais e percebidos, podem impactar os padrões éticos dos cidadãos, em particular aqueles que regulam sua relação com a política e noções de justiça processual, e como estes, por sua vez, pode ajudar a explicar os níveis e gradientes do apoio político na democracia.

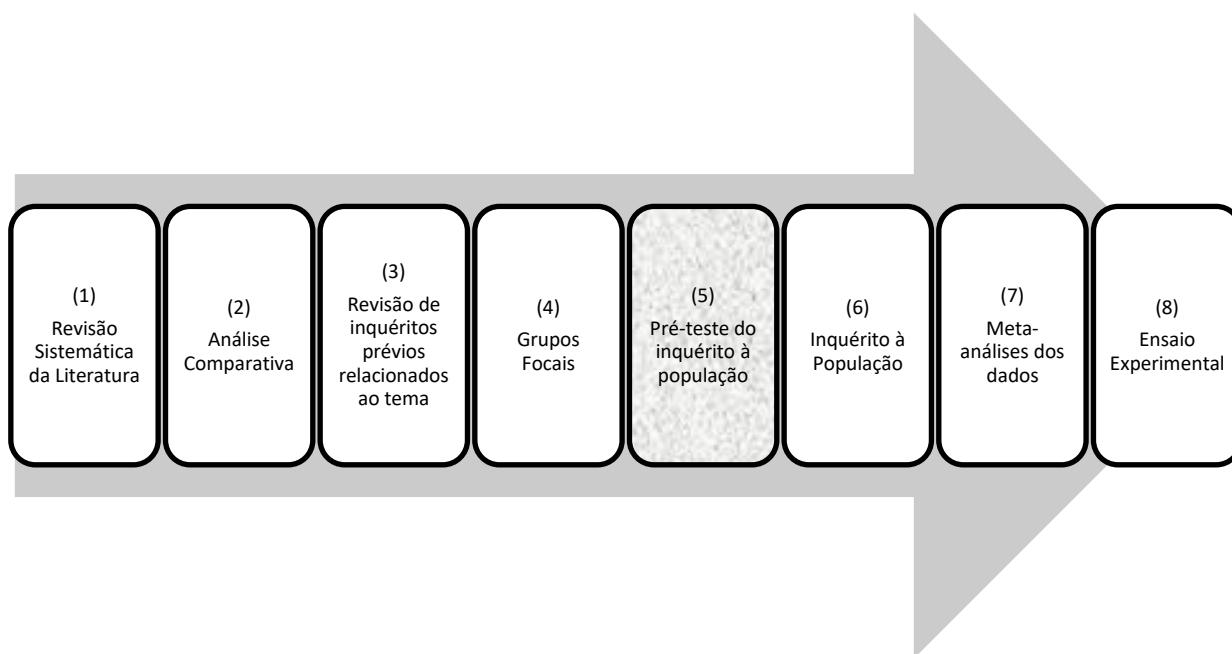
Nos últimos anos, ocorreram desenvolvimentos importantes neste domínio. Há suporte empírico para a tese principal do projeto de que os cidadãos são mais sensíveis à corrupção quando há uma crise económica (Zechmeister & Zizumbo-Colunga, 2013; Choi & Woo, 2010; Rosas & Manzetti, 2015). Da mesma forma, a ideia de que entendimentos de corrupção orientados para o indivíduo ('bolso') e orientados para o sistema ('sociotrópico') são relevantes para a forma como as pessoas recompensam ou punem os ocupantes foi recentemente testada (Klasnja & Tucker, 2013). Em países onde a corrupção baixa (percebida), a votação por corrupção sociotrópica é mais importante, enquanto em países com corrupção alta (percebida), a votação por corrupção de bolso é igualmente prevalente. No entanto, pouco foi dito sobre o impacto que a mídia pode ter neste processo de enquadramento, ou seja, se as pessoas são mais propensas a expressar um entendimento sociotrópico em vez de um bolso sobre a corrupção quando expostas à relevância do problema na sociedade por meio de escândalos projetados pela mídia.

---

<sup>5</sup> Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT – Portugal (PTDC/CPO-CPO/28316/2017) sob a tutela do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Mais informações: <https://www.ics.ulisboa.pt/projeto/corruptao-e-crise-economica-uma-combinacao-perigosa-compreender-interaccoes-processo>

Na prossecução dos seus objetivos centrais, o projeto utiliza uma abordagem de métodos mistos através da recolha, tratamento e análise quantitativa<sup>6</sup> e qualitativas<sup>7</sup> de dados, a fim de melhorar a validação interna e externa dos resultados. A Figura 1 sintetiza as principais estratégias adotadas pela equipa para responder aos questionamentos levantados no projeto.

**Figura 1:** Etapas estratégicas para o desenvolvimento dos objetivos do projeto EPOCA



O presente texto traz para discussão a etapa 5, nomeadamente, questões referentes ao impacto da pandemia COVID-19 na sociedade portuguesa a partir do pré-teste à população. A etapa, que visa detectar as primeiras impressões face ao inquérito, além de detectar possíveis erros, foi realizada em dois momentos temporais distintos: i) fevereiro de 2020, com 20 inquiridos; e ii) outubro de 2020, com 15 inquiridos. Apesar da amostra ser não-representativa da população, ambos pré-testes ocorreram na área metropolitana de Lisboa, o que nos possibilita comparar os resultados. É importante ressaltar que, inicialmente, não havia planos de dois pré-testes à população, haja visto o propósito pelo qual foi desenhado. Entretanto, com o primeiro *lockdown* decretado pelo governo português em 19 de março de 2020, a aplicação do inquérito à população ficou comprometida e,

<sup>6</sup> Ou seja, inquérito à população e estudo experimental.

<sup>7</sup> Grupos focais e pré-teste de inquéritos.

após mudanças necessárias realizadas no inquérito, um novo pré-teste foi realizado em outubro do mesmo ano. Além disso, o presente texto não traz a análise geral do inquérito, que é longo e possui mais de 33 questões sobre os mais diversos temas relacionados à corrupção. Tem-se, aqui, questões que permitam inferir, preliminarmente, mudanças da percepção da população face à corrupção na fase inicial da pandemia com a fase mais avançada. A meta-análise, mais robusta, com os dados referentes à toda população portuguesa deverá ocorrer entre julho a dezembro de 2021, quando a base de dados com as informações estiver finalizada.

## 2 DISCUSSÃO

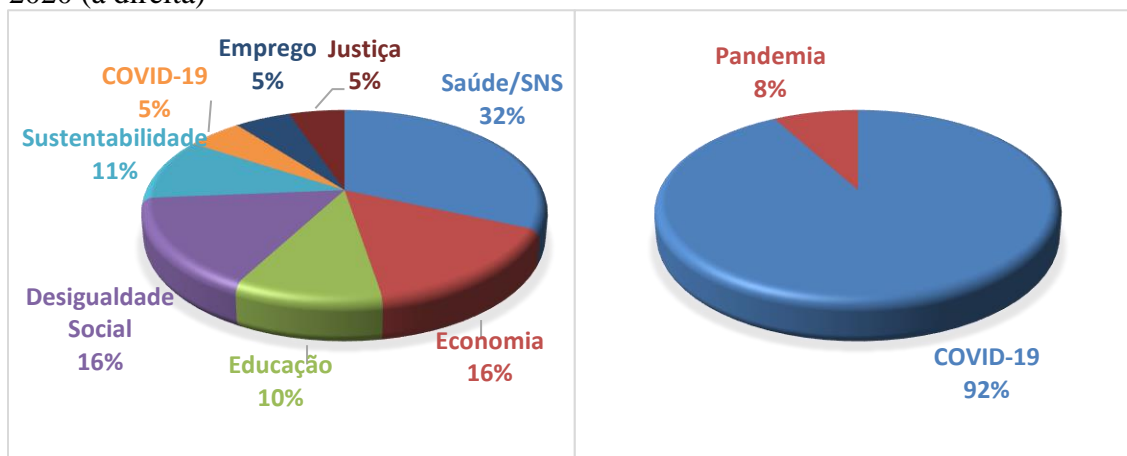
### 2.1 Principais resultados preliminares a partir do pré-teste à população

Esta secção tem como objetivo apresentar sucintamente a comparação dos resultados obtidos nos pré-testes em Fevereiro de 2020 e em Outubro de 2020. Esta comparação vai incidir sobre duas grandes dimensões: (i) as percepções que os inquiridos têm sobre o contexto socio-económico; (ii) as percepções sobre a corrupção em Portugal e a sua relação com o contexto pandémico.

Começando pela primeira grande dimensão, as figuras 2 a 4 ilustram a diferença das percepções que os inquiridos tinham sobre o contexto socio-económico em Fevereiro de 2020 e em Outubro de 2020.

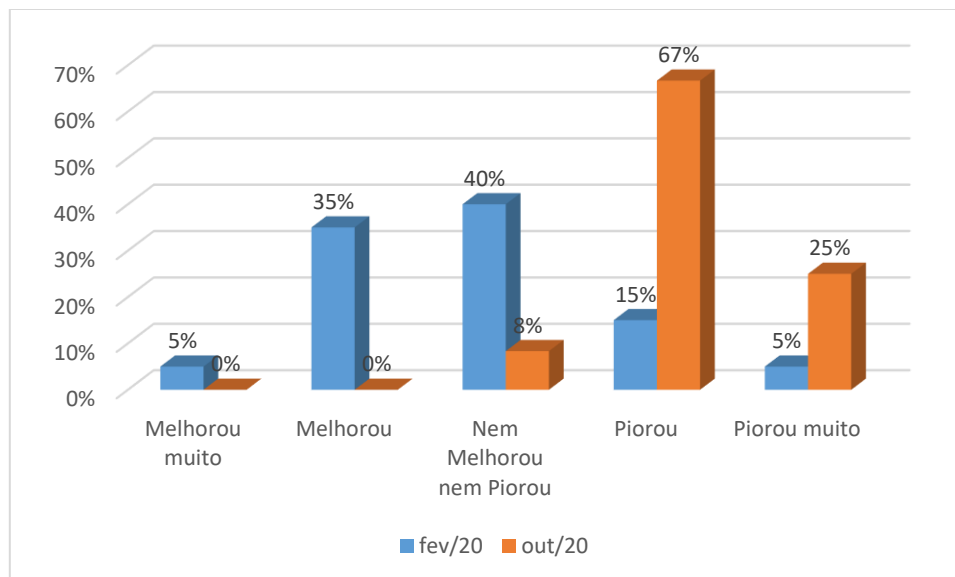
A Figura 2 apresenta as respostas sobre quais os assuntos que os inquiridos consideravam ser mais importantes no contexto do país em Fevereiro de 2020 (à esquerda) e em Outubro de 2020 (à direita). Pela comparação dos dois gráficos, podemos concluir que existe uma mudança radical nas respostas: em Fevereiro de 2020, o COVID-19/pandemia tinha um peso de 5% e passou a ter um peso de 100% em Outubro de 2020. Esta mudança significativa implica um afunilamento das preocupações das pessoas num só tema – o COVID-19 – ignorando todas as outras preocupações como o desemprego, o estado do SNS (Sistema Nacional de Saúde), a educação (as escolas permaneceram fechadas desde Março de 2020 até às férias de Verão), entre outros.

**Figura 2:** Assuntos mais importantes para o país em Fevereiro de 2020 (à esquerda) e Outubro de 2020 (à direita)



Passando para a Figura 3, esta ilustra a percepção que os inquiridos tinham sobre a situação da economia no passado ano nos dois momentos do inquérito. Comparando as barras azuis (Fevereiro 2020) com as barras laranjas (Outubro 2020), a Figura 3 sugere um agravamento das percepções que os inquiridos têm sobre a evolução da economia. Este agravamento é visível através do aumento da importância das barras mais à direita que se referem a situações em que a economia piorou (de 15% para 67%) ou piorou muito (de 5% para 25%). Após transformação destes resultados numa escala de Likert de um a cinco, testamos se esta diferença de percepções é estatisticamente significativa (Tabela 1). Os resultados apresentados na coluna (4) da Tabela 1 sugerem que as percepções sobre a evolução da economia pioraram significativamente de Fevereiro para Outubro de 2020, confirmando as suspeitas levantadas pela visualização da Figura 3.

**Figura 3:** Percepção sobre a situação da economia portuguesa no último ano em Fevereiro de 2020 (a azul) e Outubro de 2020 (a laranja)



**Tabela 1:** Percepção sobre a situação da economia portuguesa no último ano em Fevereiro de 2020 e Outubro de 2020.<sup>a</sup>

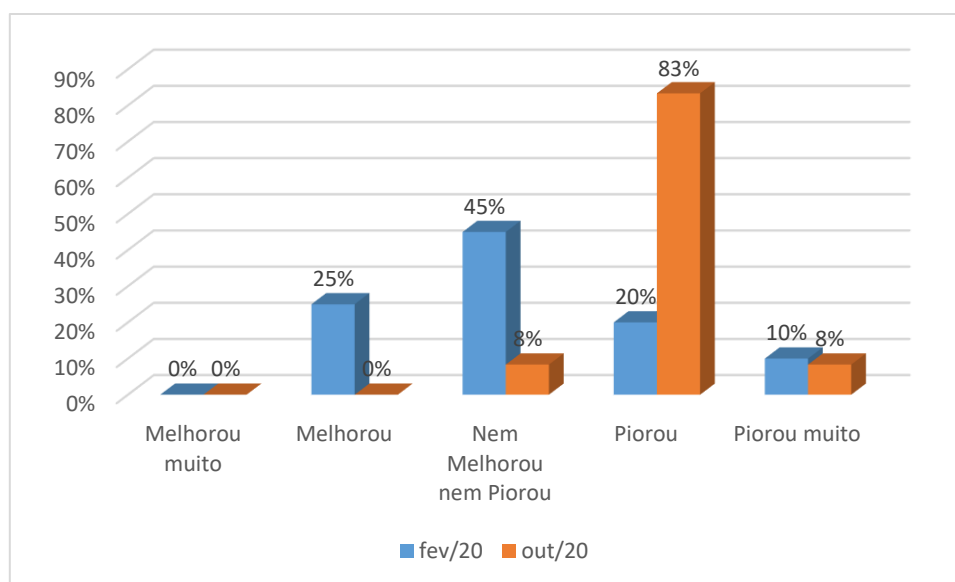
Percepção sobre a situação da economia portuguesa no último ano	Fevereiro 2020	Outubro 2020	Diferença	Teste
	(1)	(2)	(3) = (2) – (1)	(4)
Escala Likert				
Média	2,80	4,17	1,37	5,22***
Desvio-padrão	0,93	0,55		

<sup>a</sup> \*\*\* corresponde a um nível de significância de 1%

A coluna (4) apresenta o teste estatístico para a diferença entre duas médias.

Terminando a análise da dimensão da percepção sobre o contexto socioeconômico, a Figura 4 mostra a evolução das percepções sobre a situação financeira dos inquiridos e das suas famílias. De acordo com esta figura, nota-se uma deterioração da situação financeira, visto que a distribuição representada a laranja (Outubro de 2020) encontra-se mais enviesada para a direita do que a representada a azul (Fevereiro de 2020). Ou seja, o peso de respostas negativas como “piorou” aumentou consideravelmente. Para além do aumento do peso das respostas negativas, as respostas positivas em Outubro de 2020 têm um peso nulo. Estes resultados mostram o impacto profundo que a pandemia trouxe às famílias portuguesas.

**Figura 4:** Percepção sobre a situação financeira pessoal e da sua família no último ano em Fevereiro de 2020 (a azul) e Outubro de 2020 (a laranja)



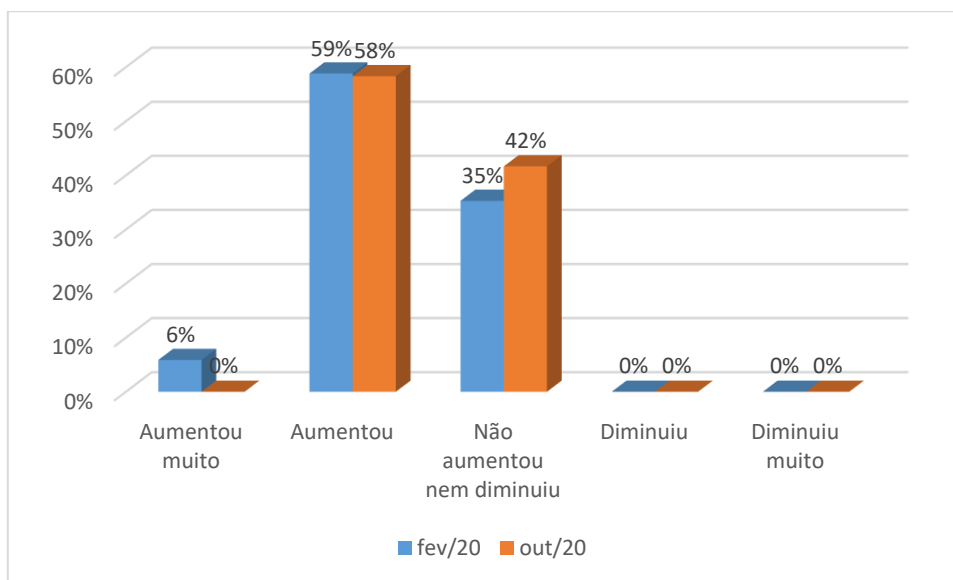
Passando para a segunda grande dimensão, as figuras 5 a 7 apresentam a diferença das percepções que os inquiridos tinham sobre a corrupção em Fevereiro de 2020 e em Outubro de 2020.

A Figura 5 ilustra a percepção que os inquiridos tinham sobre a evolução recente da corrupção em Portugal em Fevereiro de 2020 (a azul) e em Outubro de 2020 (a laranja). A partir da análise desta figura destacamos dois resultados. Em primeiro lugar, não existe nenhuma resposta



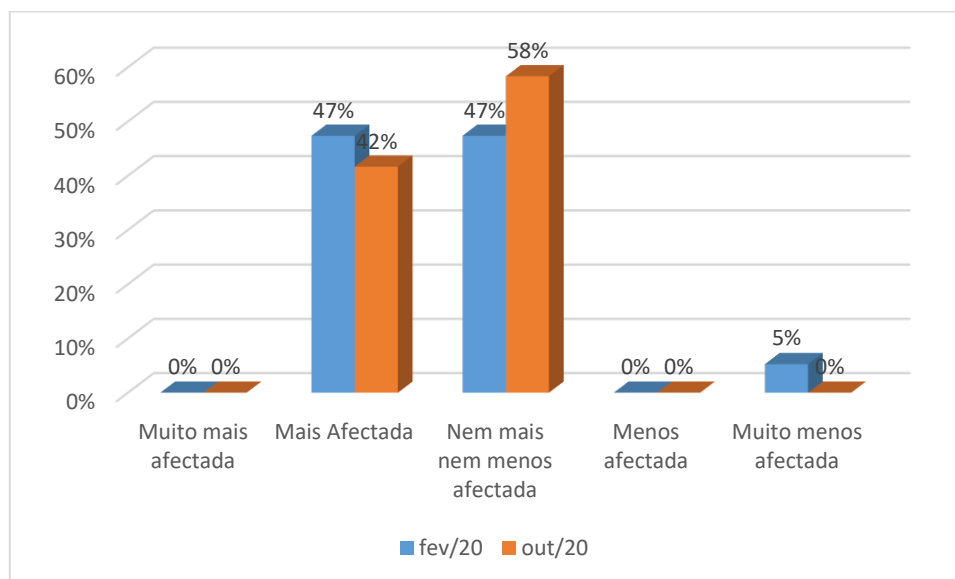
que sugira uma redução (ligeira ou considerável) da corrupção nos dois momentos do tempo. Este resultado sugere uma percepção de evolução negativa da corrupção em Portugal e isso parece não ter mudado com a pandemia. Em segundo lugar, comparando as percentagens que apontam para uma evolução negativa da corrupção em Portugal, existem muitas poucas diferenças de Fevereiro para Outubro 2020. Ou seja, apesar da percepção sobre a situação económica do país ter piorado (Figura 2), isto parece não ter criado impacto na forma como os inquiridos olham para a evolução recente do fenómeno da corrupção.

**Figura 5:** Percepção sobre a evolução da corrupção em Portugal no último ano em Fevereiro de 2020 (a azul) e Outubro de 2020 (a laranja).



Passando para a Figura 6, esta retrata a evolução da percepção sobre a evolução recente do impacto que a corrupção causa na vida pessoal e profissional do inquirido em Fevereiro de 2020 (a azul) e em Outubro de 2020 (a laranja). Em linha com os resultados encontrados na Figura 5, os resultados na Figura 6 sugerem que (1) os inquiridos viram a sua vida igualmente ou ligeiramente mais afetada pela corrupção no último ano, e (2) não houve alterações significativas de Fevereiro para Outubro de 2020.

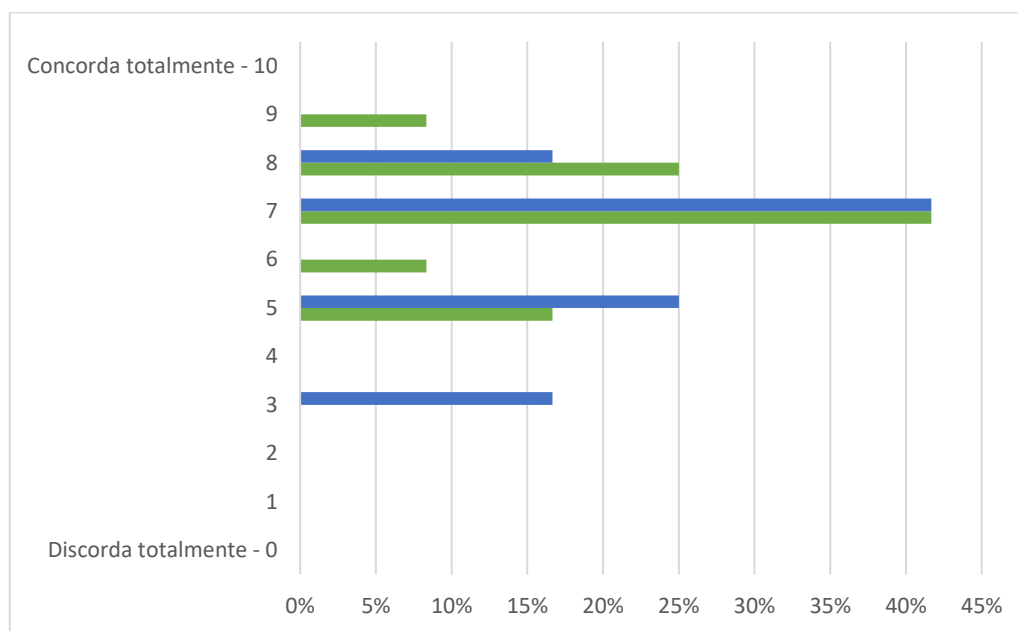
**Figura 6:** Percepção sobre a evolução do impacto da corrupção na vida pessoal e profissional do inquirido no último ano em Fevereiro de 2020 (a azul) e Outubro de 2020 (a laranja)



Por fim, terminando a análise da dimensão da percepção sobre a corrupção, a Figura 7 mostra a concordância que os inquiridos têm com duas frases propostas: (1) as oportunidades para a corrupção em Portugal aumentaram bastante no âmbito da pandemia Covid-19 (verde); (2) num contexto como a da pandemia Covid-19, faz sentido ignorar alguns princípios éticos se isso servir para resolver problemas importantes (azul). De acordo com esta figura, os resultados sugerem que os inquiridos tendem a concordar bastante com as duas frases, visto que a maioria das respostas se encontra acima do 5 (nem concordo em discordo). Para além disto, é possível verificar que os inquiridos tendem a concordar mais com o aumento das oportunidades para a corrupção do que com a possibilidade de ignorar alguns princípios éticos, visto que as barras verdes têm um peso superior nas categorias mais elevadas (de maior concordância). Estes dois resultados em conjunto sugerem uma desconfiança importante dos inquiridos sobre a qualidade das instituições políticas em Portugal nomeadamente em controlar as oportunidades de corrupção, mas, ao mesmo tempo, aceitam abdicar de alguns princípios éticos se isso resolver alguns problemas importantes. Como destaca Weber (2004ed.), existe a ética da convicção, o que significa que um ato será julgado ético

se estiver em conformidade com um conjunto pré-determinado de valores (ética deontológica); e existe a ética da responsabilidade, que permite a relativização dos princípios éticos de acordo com as consequências ou resultados de um ato (ética consequencialista).

**Figura 7:** Concordância sobre o aumento das oportunidades de corrupção em Portugal no contexto da pandemia (verde) e sobre a possibilidade de ignorar alguns princípios éticos para resolver problemas importantes (azul).



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto permitiu trazer, a partir de um pré-teste à população portuguesa, as primeiras reflexões sobre a mudança na percepção da corrupção face a uma situação adversa, como a pandemia COVID-19. Os principais resultados, ainda que preliminares, ressaltam o impacto profundo que a pandemia trouxe às famílias portuguesas no âmbito das finanças pessoais e familiar, além de um afunilamento das preocupações das pessoas num só tema – COVID-19 – ignorando todas as outras preocupações como o desemprego, a saúde, a educação, entre outros. No âmbito da corrupção, surge uma desconfiança importante dos inquiridos sobre a qualidade das instituições

políticas em Portugal nomeadamente em controlar as oportunidades de corrupção, mas, ao mesmo tempo, aceitam abdicar de alguns princípios éticos se isso resolver alguns problemas importantes. Uma contradição entre a ética deontológica e a ética consequencialista já enunciada por Max Weber.

## REFERÊNCIAS

Anderson, C. J. & Tverdova, Y. V. (2003) 'Corruption, Political Allegiances, and Attitudes Toward Government in Contemporary Democracies' *American Journal of Political Science*, 47(1): 91–109

Bailey, J. and Paras, P. (2006) 'Perceptions and Attitudes about Corruption and Democracy in Mexico', *Mexican Studies/Estudios Mexicanos*, 22(1): 57-82.

Bauhr, M.; Nasiritousi, N.; Oscarsson, H. and Persson, A. (2010) 'Perceptions of Corruption in Sweden', *QoG Working Paper Series*, 8.

Becquart-Leclercq, J. (1984) 'Paradoxes de la corruption politique', *Pouvoirs*, 31, 19-36.

Bezes, P., Lascoumes, P. (2005) 'Percevoir et Juger la « Corruption Politique »', *Revue Française de Science Politique*, 55 (5-6), Octobre-Décembre: 757-786.

Brockner, J., and Wiesenfeld, B. M. (1996) 'An integrative framework for explaining reactions to decisions: interactive effects of outcomes and procedures', *Psychological Bulletin*, 120(2): 189-208.

Canache, D. and Allison, M. E. (2005) 'Perceptions of political corruption in Latin American democracies', *Latin American Politics and Society*, 47(3): 91-111.

Chang, E. C. C.; Golden, M. and Hill, S. J. (2010) 'Legislative Malfeasance and Political Accountability' *World Politics*, 62(2): 177–220

Choi, E. and Woo, J. (2010) 'Political corruption, economic performance, and electoral outcomes: a cross-national analysis', *Contemporary Politics*, 16(3): 249-262.

de Figueiredo, M. F. P.; Hidalgo, F. D. and Kasahara, Y. (2012) 'When Do Voters Punish Corrupt Politicians? Experimental Evidence from Brazil' (Working paper). Berkeley: University of California, Berkeley and University of Oslo. Available online: [http://cega.berkeley.edu/assets/cega\\_events/44/CEGA\\_ResearchRetreat2012\\_deFigueiredo\\_Paper.pdf](http://cega.berkeley.edu/assets/cega_events/44/CEGA_ResearchRetreat2012_deFigueiredo_Paper.pdf)

de Sousa, L. (2008) “‘I don't bribe, I just pull strings’”: Assessing the Fluidity of Social Representations of Corruption in Portuguese Society’, *Perspectives on European Politics and Society*, 9(1): 8-23.

de Sousa, L. & Triães, J. (2008) *A Corrupção e os Portugueses - Atitudes, Práticas e Valores*. Lisbon: Edições RCP.

de Sousa, L. and Triães, J. (2009) ‘Capital social e corrupção’ in De Sousa, L. (ed.) *Ética, Estado e Economia: Atitudes e Práticas dos Europeus*. Lisbon: ICS Publicações.

de Sousa, L. and Moriconi, M. (2013) ‘Why voters do not throw the rascals out? - A conceptual framework for analysing electoral punishment of corruption’, *Crime, Law and Social Change*, 60(5): 471-502.

Doorn, J. van; Zeelenberg, M. and Breugelmans, S. M. (2014) ‘Anger and Prosocial Behavior’, *Emotion Review*, 6(3): 261- 268.

Dungan, J.; Waytz, A.; and Young, L. (2014) ‘Corruption in the Context of Moral Trade-offs’, *Journal of Interdisciplinary Economics*, 26(1&2): 97-118.

Fackler, T. and Lin, T. (1995) ‘Political Corruption and Presidential Election, 1929-1992’, *Journal of Politics*, 57: 971-993.

Fiske, A. P. and Tetlock, P. (1997) ‘Taboo trade-offs: Reactions to transactions that transgress the domain of relationships’, *Political Psychology*, 18: 255–297.

Friedrich, C. (1966) ‘Political Pathology’, *Political Quarterly*, 37: 70-85.

Galtung, F. (2006) ‘Measuring the Immeasurable: Boundaries and Functions of (Macro) Corruption Indices’, in C. A. Sampford, C., A. Shacklock, C. Connors and F. Galtung (eds.) *Measuring Corruption*. Hampshire, UK and Vermont, US: Ashgate: pp. 101-130.

Gardiner, J. A. (1970) *The Politics of Corruption. Organised Crime in an American City*, New York, Russell Sage Foundation.

Gardiner, J. (1992) ‘Defining corruption’, *Corruption and Reform*, 7(2): 111-124.

Gibbons, K.M. (1985) ‘Towards an attitudinal definition of corruption: Evidence from a survey of Canadian university students’, paper given at the 1985 International Political Science Congress, Paris. Reprinted as ‘Variations in attitudes toward corruption in Canada’ in A.J. Heidenheimer, M. Johnston e V.T. LeVine (orgs.) (1989) *Political Corruption: A Handbook*, New Brunswick, NJ: Transaction Publishers, 165-171.

Heidenheimer, A. (ed.) (1970) *Comparative Political Finance: The Financing of Party Organizations and Election Campaigns*, Massachusetts, Heath and Co.

Jackson, M. e Smith, R. (1996) 'Inside Moves and Outside Views: An Australian Case Study of Elite and Public Perceptions of Political Corruption', *Governance*, 9 (1): 23–42.

Johnston, M. (1986) 'Right & Wrong in American Politics' in A.J. Heidenheimer, M. Johnston e V.T. LeVine (orgs.) (1989) *Political Corruption, A Handbook*, New Brunswick: Transaction Publishers, 1 – 25.

Jos, P. (1993) 'Empirical Corruption Research: Beside the (Moral) Point?', *Journal of Public Administration Research and Theory*, J-Part, 3(3): 359-375.

Klasnja, M. and Tucker, J. A. (2013) 'The economy, corruption, and the vote: Evidence from experiments in Sweden and Moldova', *Electoral Studies*, 32: 536–543.

Kjellberg, F. (1992) 'Corruption as an analytical problem: some notes on research in public corruption', *Indian Journal of Administrative Science*, 3(1-2) 195-221.

Krause, S. and Mendez, F. (2009) 'Corruption and Elections: An Empirical Study for a Cross-Section of Countries', *Economics and Politics*, 21(2): 179-200.

Lambsdorff, J. (2006) 'Consequences and Causes of Corruption—What Do We Know From a Cross-Section of Countries?' in Rose-Ackerman, S. (ed.) *International Handbook on the Economics of Corruption*, Cheltenham Glos/Northampton MA: Edward Elgar, pp. 3-52.

Ledeneva, A. (1998) *Russia's Economy of Favours: Blat, Networking and Informal Exchanges*. Cambridge: Cambridge University Press.

Lessig, L. (2013) 'Foreword: "Institutional Corruption" Defined', *Journal of Law, Medicine and Ethics*, 41(3): 553–555.

Light, D. W. (2013) 'Strengthening the Theory of Institutional Corruptions: Broadening, Clarifying, and Measuring', *Edmond J. Safra Research Lab Working Papers*, 2: 1–24.

Magalhães, P. C. (2014) 'Government effectiveness and support for democracy', *European Journal of Political Research*, 53: 77-97.

Magalhães, P. C. (2005) 'Disaffected democrats: political attitudes and political action in Portugal.' *West European Politics*, 28(5): 973–991.

Mancuso, M., Atkinson, M., Blais, A., Greene, I. e Nevitte, N. (1998) *A Question of Ethics: Canadians Speak Out*. Toronto: Oxford University Press.

Mazzoleni, O. (2008) 'Moral Integrity and the Reputation of Politicians as Perceived by Supporters of 'Populist' Parties: A Comparison of Switzerland and Italy', *Perspectives on European Politics and Society*, 9(1): 53-72.

Mény, Y. (1992) *La corruption de la République*, Paris, Fayard

Miller, W L, A. Grodeland, & T Y. Koshechkina (2001) *A Culture of Corruption: Coping with Government in Post-Communist Europe*. Budapest/New York: Central European University Press.

Morris, S. D. and Klesner, J. L. (2010) 'Corruption and Trust: Theoretical Considerations and Evidence From Mexico', *Comparative Political Studies*, 43(10): 1258–1285.

Newhouse, M.E. (2014) 'Institutional Corruption: A Fiduciary Theory', *Cornell Journal of Law and Public Policy*, 23(3): 553–594.

Nye, J. (1967) 'Corruption and political development: a cost-benefit analysis', *American Political Science Review*, 61(2): 417-427.

Peters, J. G. and Welch, S. (1978) 'Gradients of Corruption in Perceptions of American Life' in A.J. Heidenheimer e M. Johnston (ed.) (2005) *Political Corruption: Concepts & Contexts*. New Brunswick, NJ: Transaction Books, 155-172.

Rogow, A. & Lasswell, H. (1977) *Power, Corruption and Rectitude*, Connecticut, Greenwood Press.

Rosas, G. and Manzetti, L. (2015) Reassessing the trade-off hypothesis: How misery drives the corruption effect on presidential approval', *Electoral Studies*, 39: 26-38.

Rundquist, B. S.; Strom, G. S. and Peters, J. G. (1977) 'Corrupt Politicians and Their Electoral Support: Some Experimental Observations', *American Political Science Review*, 71: 954–963.

Sanches, Edalina Rodrigues & Ekaterina Gorbunova (2016) 'Portuguese Citizens' Support for Democracy: 40 Years after the Carnation Revolution', *South European Society and Politics*, 21:2, 211-226.

Seligson, M. A. (2002) 'The impact of corruption on regime legitimacy: A comparative study of four Latin American countries', *Journal of Politics*, 64: 408–433.

Sorokin, P. (1991ed.) *Social & Cultural Dynamics: A Study of Change in Major Systems of Arts, Truth, Ethics, Law, and Social Relationships*, New Brunswick, Transaction Publishers.

Stockemer, D. and Calca, P. (2013) 'Corruption and Turnout in Portugal: A Municipal Level

Study', *Crime, Law and Social Change*, 60(5): 535-548.

Teixeira, Conceição Pequito, Emmanouil Tsatsanis, and Ana Maria Belchior (2014) 'Support for Democracy in Times of Crisis: Diffuse and Specific Regime Support in Portugal and Greece', *South European Society and Politics*, 19(4): 501-518.

Thompson, D.F. (2013) 'Two Concepts of Corruption', *Edmond J. Safra Research Lab Working Papers*, 16: 1-24.

Treisman, D. (2007) 'What have we learned about the causes of corruption from ten years of cross-national empirical research?', *Annual Review of Political Science*, 10: 211-244.

Zechmeister, E.J. and Zizumbo-Colunga, D. (2013) 'The Varying Political Toll of Concerns About Corruption in Good Versus Bad Economic Times', *Comparative Political Studies*, 46(10): 1190 – 1218.

Weber, Max (2004). *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras (Tradução de José Marcos Mariani de Macedo)